São Paulo em Perspectiva, 17(3-4): 205-217, 2003

TENDÊNCIAS RECENTES NO MERCADO DE TRABALHO
Pesquisa de Emprego e Desemprego

José Paulo Zeetano Chahad

Resumo: Análise do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo (1995-2002), associando-o às diversas transições socioeconômicas, tecnológicas e demográficas que vêm ocorrendo no Brasil, desde o início da década de 90. Para tanto, o autor utiliza-se da PED da Fundação Seade como fonte de informações.
Palavras-chave: mercado de trabalho; pesquisa de emprego e desemprego; informalidade.

Abstract: Analysis of the labor market in the Metropolitan Region of São Paulo (1995-2002), with consideration given to the various socio-economic, technological and demographic transitions taking place in Brazil since the early 1990s. For this purpose, the author draws on the Survey on Employment and Unemployment by Fundação Seade.
Key words: labor market; survey of employment and unemployment; unrecorded economic activity.

Este texto examina as tendências recentes do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, utilizando como fonte de informações a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade.[1] Ele contempla dois objetivos. O primeiro busca revelar a evolução e o comportamento do mercado de trabalho paulista, associando-o, quando possível, às diversas transições socioeconômicas, tecnológicas e demográficas que vem ocorrendo no Brasil, e suas regiões, desde o início da década de 90.

De fato, em parte como imperativo da globalização dos mercados e em parte pelo caminho natural de uma sociedade que busca continuamente, mesmo com pouco sucesso, crescer permanentemente, o país tem experimentado várias transições, entre as quais, a abertura comercial, a reforma do papel do Estado, a estabilidade de preços, o avanço tecnológico, a integração em blocos econômicos, o surgimento de formas atípicas de contrato de trabalho, o avanço da negociação coletiva, a busca da flexibilidade nas relações de emprego, as quais, entre outras, têm afetado significativamente o mercado de trabalho. Nesse sentido, a escolha do período, de 1995 até 2002, visou contemplar a época recente, em que algumas dessas transições devem ainda estar produzindo seus efeitos definitivos, ou mesmo completando-se, com resultados importantes de serem verificados.

O segundo objetivo é o de revelar a importância da PED como fonte de dados para investigações, pesquisas, testes estatísticos e análises econométricas, assim como os mais variados estudos que pretendam investigar o mercado de trabalho de São Paulo, o que a torna muito mais importante do que reduzi-la à polêmica da taxa de desemprego com a qual, algumas vezes, ela é identificada.[2] De fato, trata-se de uma ampla base de dados, com uma grande riqueza temática, que a torna uma rica fonte de informações, prestando-se a investigar os mais variados temas sobre o mercado de trabalho, desde a evolução dos principais indicadores até as estratégias de sobrevivência dos desempregados.[3]

Visando atingir esses objetivos, este texto foi estruturado da seguinte forma: a primeira seção resenha, sucintamente, as principais transições pelas quais tem passado o país, desde o final dos anos 80, e início da década de 90, as quais produziram impactos no mercado de trabalho. A segunda seção mostra as flutuações do PIB brasi-

leiro e paulista indicando que o impacto dessas transições, ocorrido no mercado de trabalho brasileiro, deve ter acontecido também em São Paulo. A terceira seção mostra a evolução da PEA. A quarta seção revela as tendências da ocupação. A quinta seção focaliza o desemprego aberto e sua incidência entre os grupos populacionais. Na sexta seção, apresenta-se a evolução do rendimento real dos ocupados e a sétima seção traz as principais conclusões.

PRINCIPAIS TRANSIÇÕES BRASILEIRAS NA DÉCADA DE 90

Observando-se a evolução recente da economia brasileira, especialmente a partir do início da década de 90, é possível destacar um rol de importantes transições econômicas, sociais, demográficas e tecnológicas, com profundas implicações para a evolução do mercado de trabalho e para as mudanças nas relações de emprego. Essas transições devem ser entendidas como indo muito além de sua influência sobre o nível das principais variáveis que compõem o mercado de trabalho, afetando-lhe, também, a dinâmica e as estruturas regional, setorial e ocupacional.

Tais transições produzem certamente efeitos em praticamente todas as regiões e estados brasileiros, inclusive nas áreas metropolitanas, onde se concentram os pólos mais dinâmicos da economia brasileira, caso da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, objeto de análise neste texto. Embora com impactos diferenciados quanto à sua intensidade, e defasados no tempo, essas transições estão presentes na evolução, no comportamento e nos resultados observados para o mercado de trabalho da RMSP, razão pela qual elas são a seguir sumariadas.

A primeira transição, e talvez a mais importante, refere-se à passagem de uma economia inflacionária para outra, na qual se convive com a estabilidade de preços. O controle dos altos níveis de inflação, que adveio do Plano Real, trouxe consigo o fim do "imposto inflacionário", com implicações positivas para a diminuição dos índices de pobreza. Por outro lado, o controle da inflação, por meio da política monetária – altas taxas de juros, e controle do déficit fiscal restringindo o crescimento econômico –, originou taxas de desemprego aberto maiores, assim como um aumento do trabalho informal.

A passagem de um regime de altas taxas inflacionárias para outro de estabilidade de preços acarretou, para a sociedade brasileira, outros impactos sobre o mercado de trabalho além da elevação do desemprego e da informalidade. O fim da inflação melhorou a distribuição da renda em direção ao maior consumo de bens e serviços das classes mais pobres. Certamente um novo perfil de consumidor conduz a um novo perfil de produção que, embora não seja radicalmente diferente, determina o surgimento e desaparecimento de postos de trabalho específicos, com implicações para a estrutura do emprego.

A segunda transição diz respeito à passagem de uma economia fechada para uma economia aberta. O processo de abertura comercial teve impactos setoriais bastante nítidos. Por exemplo, o setor industrial passou por uma forte reestruturação produtiva e organizacional, que levou à perda de dinamismo da economia brasileira e uma diminuição sensível da mão-de-obra absorvida pelos seus diferentes ramos industriais, implicando profundas transformações na geração de empregos, em sua qualidade e nas relações de emprego.

Além disso, destaca-se que a liberalização da economia vem acompanhada de um conjunto de características que afetam também, de forma indireta, o mercado de trabalho. A maior abertura provoca um aumento na elasticidade-preço da demanda dos bens, assim como os avanços tecnológicos vindos do exterior são fortemente poupadores de mão-de-obra. Esses são fatores que afetam o mercado de trabalho com conseqüências sobre o mercado de bens e serviços.

A terceira transição refere-se ao surgimento e proliferação de formas atípicas de ocupação e de novos contratos de trabalho, requerendo mudanças institucionais em todos os campos da vida econômica, originando um extenso e profundo processo de informalidade, o qual, no mercado de trabalho, tem contribuído para a flexibilização das relações de trabalho. Uma das razões para tal informalidade, além das pressões advindas das mudanças tecnológicas, diz respeito ao fato de a reforma trabalhista, a tributária e a previdenciária não terem se completado na última década no Brasil.

As dificuldades políticas, devidas ao conflito de interesses entre empregadores, trabalhadores e governo, resultaram em uma modificação parcial das leis trabalhistas. As alterações efetuadas, muitas inicialmente por meio de Medidas Provisórias do Poder Executivo, trataram dos principais componentes do contrato de trabalho, horas e remuneração, introduzindo ou ampliando a adoção de contratos alternativos ao contrato-padrão. O avanço das práticas de flexibilização no mercado de trabalho, sem a participação ativa dos sindicatos, tem limitado a padronização das novas regras e a ressonância dos seus efeitos

positivos, além de cooperar para o aprofundamento do processo de informalidade, causando ainda uma diminuição das receitas do sistema de seguridade social público.

A quarta transição diz respeito a uma lenta modificação do papel do Estado na sociedade, antes marcado por fortes estímulos à promoção direta da produção, tanto no setor público quanto no setor privado, e agora mais orientado para a fiscalização e regulação da economia. Em particular, o processo de privatizações promoveu ajustes no estoque de mão-de-obra das empresas privatizadas, com implicações ainda incertas para o mercado de trabalho, quando observado numa perspectiva de médio e longo prazos. Existem ainda os efeitos indiretos decorrentes dessa transição, pois na medida em que ocorre essa redefinição da atuação do Estado limita-se a capacidade de formação de poupança interna, comprometendo, conseqüentemente, a capacidade de investimentos do país, com comprometimentos danosos para a absorção de mão-de-obra.

A quinta transição refere-se ao processo de inovação tecnológica implementado no Brasil desde o início da década de 90, nos primórdios da abertura comercial, como instrumento de resposta às crescentes pressões por maior competitividade e mais produtividade das empresas, decorrentes da globalização dos mercados. Por se tratar de um dos principais fatores determinantes do grau de competitividade entre países, setores e organizações empresariais, essas inovações tornaram-se condição indispensável ao desenvolvimento econômico-social, sendo processadas em níveis cada vez mais intensos, que levaram as empresas a repensar o modo de organização do processo produtivo e as formas de gestão da produção, causando impacto no emprego, na estrutura ocupacional, no conteúdo do trabalho e nas relações de emprego.

Outro ponto que merece destaque na análise dos reflexos das novas tecnologias sobre a dinâmica do emprego refere-se à capacitação dos trabalhadores, cujo nível de exigência de qualidade, pelas empresas, torna-se cada vez mais intenso. Os trabalhadores com pouca escolaridade vão sendo excluídos do mercado de trabalho e substituídos pelos mais capacitados e a com maior gama de competências.

A sexta transição refere-se ao elemento demográfico. Embora o crescimento populacional venha diminuindo sensivelmente há várias décadas, a pressão demográfica herdada do passado ainda foi muito forte na década de 90, e continuará sendo até o final da primeira década do terceiro milênio, quando os demógrafos afirmam que se encerrará a atual transição demográfica brasileira.

O ainda forte crescimento da PEA brasileira, na última década, continuou trazendo dificuldades para a absorção de mão-de-obra pelo setor formal, com impactos no mercado de trabalho. O primeiro deles refere-se à contribuição demográfica para a ocorrência de altas das taxas de desemprego, notadamente nas áreas urbanas do país, onde se concentra grande parte das ocupações brasileiras. O segundo refere-se ao surgimento da chamada "onda jovem", decorrente do nascimento, em décadas passadas, de um grande número de pessoas, que agora afluem à força de trabalho. Nesse contexto, na ausência de um sistema de proteção social adequado aos desempregados, pressiona-se, simultaneamente, o desemprego e a informalidade.

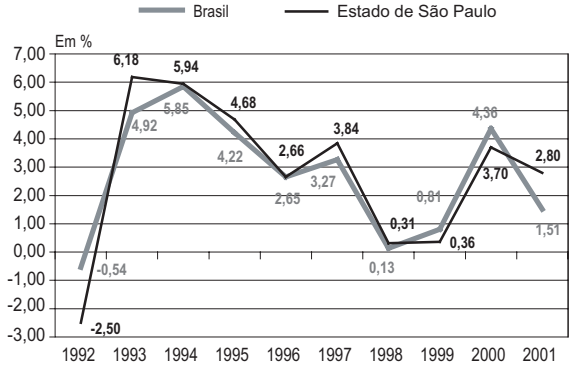
EVOLUÇÃO DO PIB

Esse conjunto de transições tem seu principal reflexo na evolução da atividade econômica, tanto em âmbito nacional como regional, inclusive em Estados e municípios. Em qualquer caso, a evolução do PIB condiciona a evolução do mercado de trabalho, afetando seu comportamento e suas modificações ao longo do período em consideração.

Relativamente ao Estado de São Paulo, com grande peso na economia brasileira, o impacto dessas transições deve ser semelhante ao que ocorreu no país, o que pode ser observado no Gráfico 1, no qual se verifica grande aderência entre as taxas de variação do PIB real brasileiro e

GRÁFICO 1

Variação Real Anual do Produto Interno Bruto
Brasil e Estado de São Paulo – 1992-01



Fonte: *IBGE; Fundação Seade.*

o paulista. Nota-se, ainda, que as transformações ocorridas ao longo da década de 90 e início da primeira década do século XXI causaram a redução das taxas de crescimento e o aumento do grau de volatilidade do nível de atividade econômica, fatos que têm condicionado o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro (Chahad, 2003).

Diante dessas amplas transformações pelas quais passou, e continua passando, a economia, qual teria sido o comportamento do mercado de trabalho paulista? Quais mudanças têm ocorrido na absorção de mão-de-obra? Onde a estrutura do emprego se modificou? Quais grupos populacionais perderam espaço e quais aumentaram sua participação no emprego? O que ocorreu com a qualidade do emprego? Como evoluiu a remuneração entre setores e entre categoriais ocupacionais? Quais são os grupos que compõem o conjunto dos desempregados, especialmente aqueles em situação de desemprego aberto? Quais são os trabalhadores mais penalizados pelo desemprego aberto? Essas e outras questões requerem uma análise das informações fornecidas pela PED.

O COMPORTAMENTO DA PIA, DA PEA E DOS INATIVOS[4]

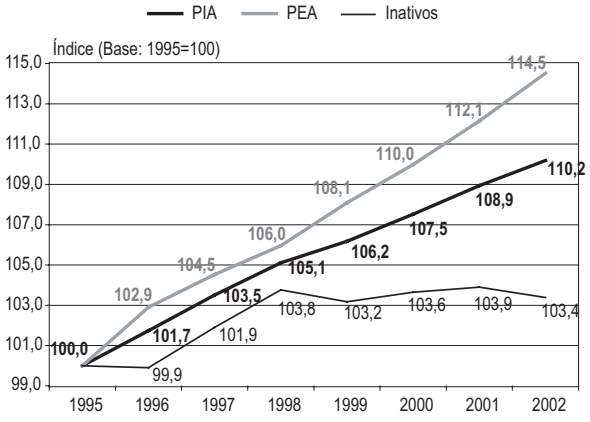
Em 1995, a PIA da RMSP era de aproximadamente 13,3 milhões de pessoas, sendo 8,1 milhões de economicamente ativos e 5,2 milhões de inativos. De acordo com o Gráfico 2, entre 1995-2002, houve crescimento desses três grupos populacionais, mais acentuadamente da PEA (14,5%), vindo a seguir a PIA (10,2%) e os Inativos (3,4%), fazendo com que a PIA passasse para 15,1 milhões de habitantes, a PEA para 9,6 milhões, e os Inativos para 5,5 milhões de habitantes.

Tais cifras indicam que, apesar do agravamento das condições do mercado de trabalho, houve um aumento da taxa de participação na força de trabalho (relação PEA/PIA) de 61,1%, em 1995, para 63,5%, em 2002. Isso significa um maior engajamento da população na atividade econômica, independentemente das condições adversas por ela experimentada. Esse resultado não significa, contudo, que o aumento da participação ocorreu em todos os grupos populacionais.

De fato, o Gráfico 3 mostra que o impacto da atividade econômica, assim como decorrentes de fatores socioculturais, fez crescer mais rapidamente a PEA feminina, a dos cônjuges,[5] a dos indivíduos acima de 18 anos, assim como a PEA do pessoal semiqualificado e qualificado. Em contraposição, cresceu menos a PEA dos homens, a dos chefes, havendo ainda decréscimo na PEA dos jovens e da população analfabeta.[6]

GRÁFICO 2

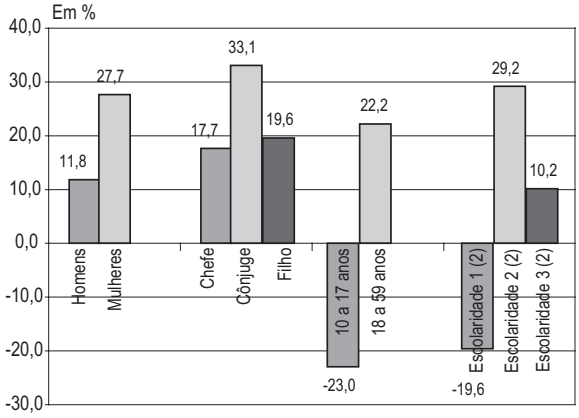
Evolução da PIA, da PEA e dos Inativos
Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: *Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*

GRÁFICO 3

Crescimento da PEA, segundo Atributos Pessoais (1)
Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



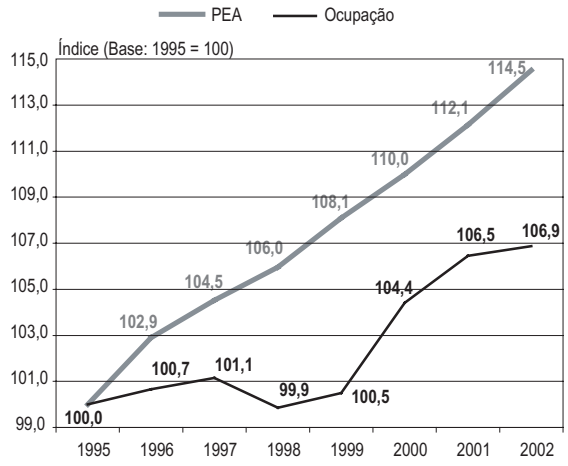
Fonte: *Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*
(1) Posição no domicílio, faixa etária e escolaridade selecionados.
(2) Escolaridade: 1: Analfabeto; 2: Ens.Fundamental Completo e Ens.Médio Incompleto; 3: Superior Completo.

EVOLUÇÃO DO PESSOAL OCUPADO

O comportamento da ocupação global encontra-se no Gráfico 4. Verifica-se que houve um crescimento muito pequeno, em torno de 6,9% no período, abaixo, portanto, do crescimento da PEA, que foi de 14,5%. Esse fraco crescimento do emprego parece ser um dos responsáveis pelo grande aumento do desemprego nesse período, juntando-se às pressões demográficas decorrentes de altas taxas de natalidade verificadas em passado recente, as quais promoveram a chamada "onda jovem", com significativos contingentes de indivíduos ainda jovens ingressando maciçamente na força de trabalho, em condições de baixo nível de absorção de mão-de-obra.

GRÁFICO 4

Evolução da PEA e da Ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



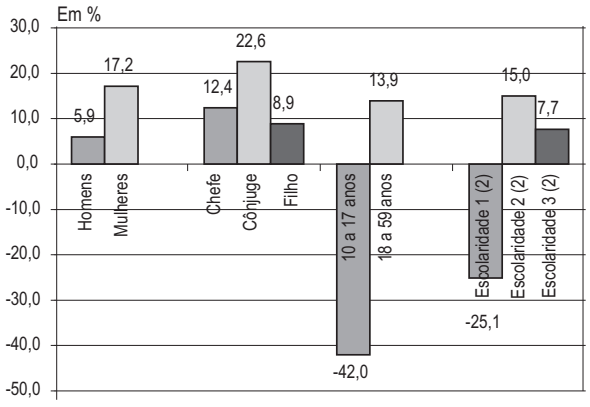
Fonte: *Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*

Atributos Pessoais

O lento crescimento da ocupação global mascara uma evolução bastante diferenciada entre os grupos que compõem a população ocupada, conforme indica o Gráfico 5. A ocupação feminina, dos cônjuges, dos adultos e dos indivíduos com ensino médio (pessoal semiqualificado) cresceram bem acima da ocupação total. Em contraposição, os jovens entre 10 e 17 anos e os analfabetos tiveram um crescimento negativo em sua ocupação. Claramente, o impacto das transformações socioeconômicas causou a discriminação do trabalho jovem e do não-qualificado.

GRÁFICO 5

Crescimento dos Ocupados, segundo Atributos Pessoais (1)
Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: *Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*
(1) Posição no domicílio, faixa etária e escolaridade selecionados.
(2) Escolaridade: 1: Analfabeto; 2: Ens. Fundamental Completo e Ens. Médio Incompleto; 3: Superior Completo.

No caso do trabalho jovem, adiciona-se, ainda, o avanço da legislação procurando coibir o trabalho infantil, com a elevação da idade mínima para ingressar no mercado de trabalho, além dos esforços em aumentar a taxa de ingresso escolar, elevar a taxa de permanência na escola e reduzir a taxa de evasão escolar (Chahad; Portela Souza, 2003).

Ainda que de forma menos articulada, mas em volume crescente, as transferências de recursos às famílias carentes devem ter contribuído para a redução do trabalho infantil e dos jovens em geral. No caso do trabalho não-qualificado, trata-se de um imperativo das novas tecnologias que exigem trabalhadores cada vez mais educados e mais bem treinados para exercer qualquer ocupação. Nessa perspectiva, até mesmo o próprio exercício da cidadania somente pode ocorrer em sua plenitude com níveis crescentes de educação.

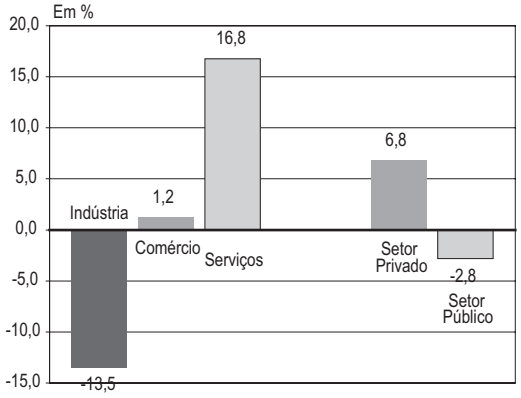
Comportamento da Ocupação segundo a Atividade Econômica

Aqui aparecem mudanças profundas no mercado de trabalho. De acordo com o Gráfico 6, enquanto o emprego no setor privado expandiu-se pouco, houve uma diminuição absoluta do emprego no setor público paulista, da ordem de 2,8%, indicando um relativo sucesso no ajuste do emprego público empreendido pelo governo estadual.

Essa situação é mais dramática quando se observa a evolução do emprego de acordo com os ramos da atividade econômica: enquanto os Serviços cresceram bem acima da média, o emprego no Comércio praticamente ficou estagnado entre 1995 e 2002, e a Indústria sofreu um declínio em sua ocupação de cerca de 13,5%.

GRÁFICO 6

Crescimento dos Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica (1) e Setores de Ocupação Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) Setores de atividade econômica selecionados.

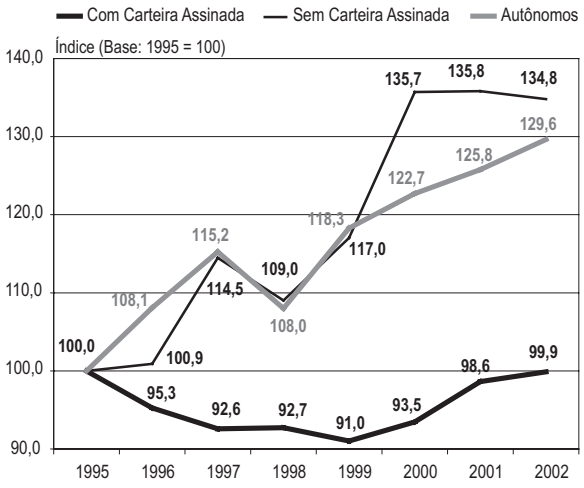
Parte desse declínio pode ser atribuído à mudança no padrão de emprego que acompanha o surgimento de uma sociedade de Serviços, mas a explicação mais plausível é a do impacto da abertura comercial e a conseqüente introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, que obrigaram as empresas industriais a reorganizar sua estrutura de emprego, buscando tornar-se mais competitivas, tanto no plano interno, quanto, principalmente, no comércio internacional.

Trabalho Assalariado e Jornada de Trabalho

Seguindo uma tendência que tem se verificado desde meados da década de 80, as mudanças na atividade produtiva, associada a outros aspectos, como baixo nível de escolaridade da força de trabalho, pressão demográfica, desequilíbrios regionais, distribuição desigual da renda e políticas incipientes de amparo aos desempregados, têm determinado o surgimento de formas atípicas de ocupação, muitas de qualidade precária, aumentando rapidamente o contingente de trabalhadores informais. Dentre esses, os grupos que mais cresceram na RMSP foram os de trabalhadores autônomos e, principalmente, os de assalariados sem carteira de trabalho assinada, conforme revela o Gráfico 7. Nota-se que o crescimento da absorção de mão-de-obra na forma de carteira de trabalho assinada ocorreu em praticamente todos os tamanhos de estabelecimentos, mas em maior percentual nas grandes empresas conforme mostra o Gráfico 8.

GRÁFICO 7

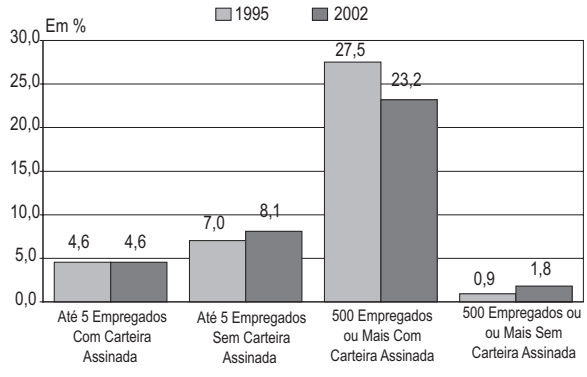
Evolução dos Assalariados com Carteira e sem Carteira Assinada e dos Autônomos Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

GRÁFICO 8

Participação dos Assalariados do Setor Privado, segundo Tamanho da Empresa (1) e Tipo de Contratação, sobre o Total de Assalariados do Setor Privado Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



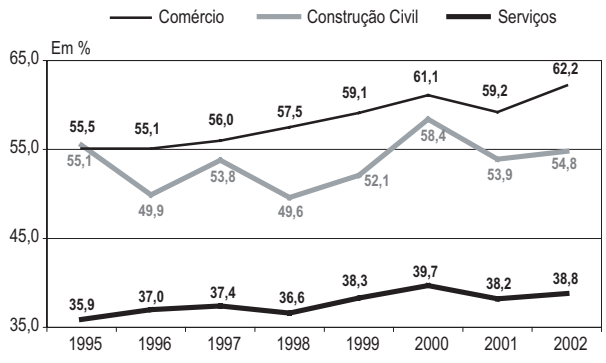
Fonte: Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) Tamanhos da empresa selecionados.

Deve-se observar, também, que a ocupação com carteira de trabalho assinada, de natureza formal, após cair continuamente até 1999, voltou a se recuperar, mesmo sem um crescimento muito vigoroso da atividade econômica. Isso se deve a dois fatos: a retomada das exportações logo após a desvalorização cambial ocorrida em janeiro de 1999 e, principalmente, o impacto do programa Simples do governo federal, de unificação de tributos e redução de alíquotas, o qual trouxe benefícios na contratação com carteira assinada para as pequenas e médias empresas (Chahad; Macedo, 2003).[7]

Além do forte crescimento dos assalariados sem carteira de trabalho assinada houve outros efeitos sobre os trabalhadores, particularmente sobre a jornada de trabalho na economia paulista. De fato, de acordo com as informações do Gráfico 9, cresceu, nos principais ramos da atividade econômica, o grupo de ocupados assalariados trabalhando mais que a jornada de trabalho legal determinada pela Constituição Federal.

GRÁFICO 9

Assalariados Trabalhando Mais que a Jornada Legal, segundo Setores de Atividade (1)
Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: *Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*
(1) Setores de atividade selecionados.

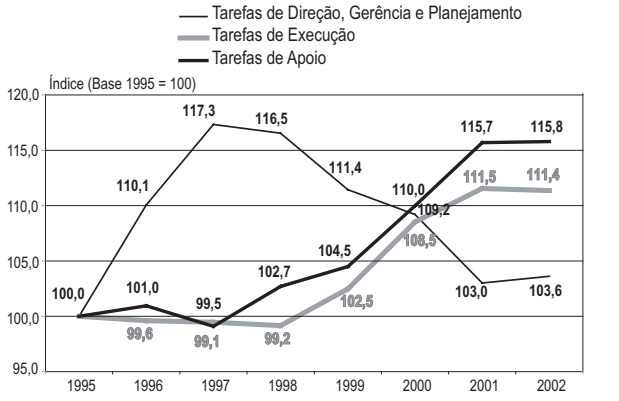
Na realidade, é possível que tal resultado reflita o próprio crescimento do trabalho assalariado sem carteira de trabalho assinada, no qual, possivelmente, as restrições legais à jornada de trabalho estão menos presentes. De qualquer forma, a jornada de trabalho acima da legalmente determinada, parece ser uma prática comum em determinados setores, como, por exemplo, no Comércio e na Construção Civil, em que, regra geral, mais de 50,0% dos assalariados encontram-se nesta condição de trabalho.

A Forma de Inserção Ocupacional e a Terceirização

O pequeno crescimento da ocupação global, da ordem de 6,9% oculta um crescimento bastante diferenciado quando observado do ponto de vista da inserção ocupacional dos trabalhadores, conforme mostra o Gráfico 10, ou da evolução dos trabalhadores terceirizados (subcontratados) em relação aos demais trabalhadores, apresentada no Gráfico 11. Ademais, percebe-se uma evolução também diferenciada ao longo do tempo.

GRÁFICO 10

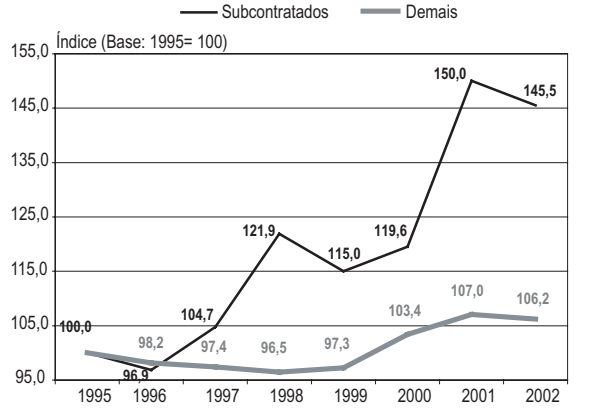
Evolução dos Ocupados, segundo Grupos de Ocupação (1)
Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: *Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*
(1) Grupos de ocupação selecionados.

GRÁFICO 11

Evolução dos Ocupados Terceirizados do Setor Privado
Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: *Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*

De fato, embora o conjunto dos ocupados em Tarefas de Direção, Gerência e Planejamento tenha acrescido cerca de 16,5% entre 1995 e 1998, sua absorção declinou bastante desde então até 2002. Em contraposição, após uma estagnação até 1998, cresceu bastante o emprego de trabalhadores nas Tarefas de Execução, bem como o emprego daqueles em Tarefas de Apoio.

Tal comportamento deve representar um ponto de inflexão no chamado "ajuste produtivo" a que se submeteu o setor produtivo nacional, notadamente após a abertura comercial ocorrida no início dos anos 90. A isso se soma o processo de inovação tecnológica experimentado pelo país, e já mencionado neste texto. Em ambos os casos, o reflexo inicial parece ter sido o de preservar a mão-de-obra mais treinada, mais educada, mais experiente, utilizando-a inclusive em maior proporção, tendo em vista a reorganização dos recursos humanos da empresa. Após essa fase, houve uma recuperação do emprego dos trabalhadores mais diretamente ligados ao processo produtivo, principalmente após a desvalorização cambial de 1999, quando a economia voltou a crescer, ainda que modestamente.

A evolução dos trabalhadores terceirizados revela um crescimento vigoroso de cerca de 45,5% entre 1995 e 2002, bastante acima do crescimento verificado para o total de ocupados, ou mesmo dos assalariados ocupados. Dentre as possíveis explicações, duas se destacam. Em primeiro lugar, um fenômeno estatístico: em 1995, os subcontratados representavam apenas 2,4% do total de assalariados ocupados e somente 4,3% do total de assalariados do setor privado. Ou seja, com uma base inicial pequena (pequena participação relativa), o crescimento dos terceirizados foi superdimensionado. A explicação mais importante, entretanto, diz respeito ao crescimento da subcontratação como expediente para contornar questões relativas aos custos do trabalho, em direção a flexibilizar ainda mais as formas de contratação da mão-de-obra (Zockun; Chahad, 2003).

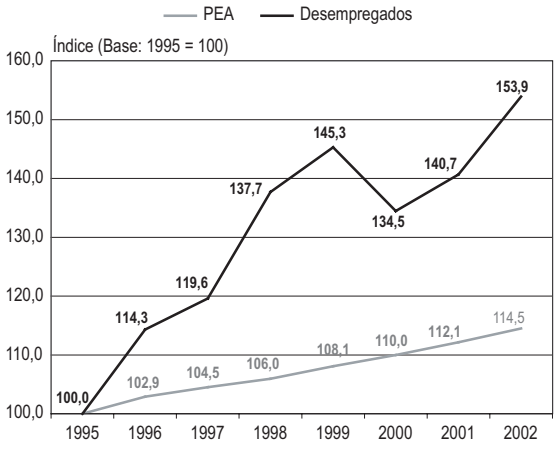
TENDÊNCIAS DO DESEMPREGO ABERTO

Dentre as categorias de desemprego investigadas pela PED (total, aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento), o desemprego aberto merece destaque, pois se refere à situação mais dramática do ponto de vista de sobrevivência de quem se encontra nesta condição: o desempregado não está envolvido em nenhuma atividade que lhe garanta alguma renda, podendo, eventualmente, estar recebendo os benefícios do seguro-desemprego, por um prazo bastante limitado.[8]

As informações da PED indicam, após a estabilização trazida com o advento do Plano Real, um crescimento acelerado do desemprego aberto, da ordem de 53,9%, no período 1995-2002 (Gráfico 12). Com o fim da inflação, ele passou a ser o vilão da economia brasileira, a preocupação da maioria dos trabalhadores e um mal a ser combatido pelo governo. Apesar da magnitude dessa cifra, a situação é mais dramática quando se investiga a incidência do desemprego aberto segundo com as características dos trabalhadores nessa situação.

GRÁFICO 12

Evolução da PEA e dos Desempregados em Situação de Desemprego Aberto Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: *Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*

Atributos Pessoais

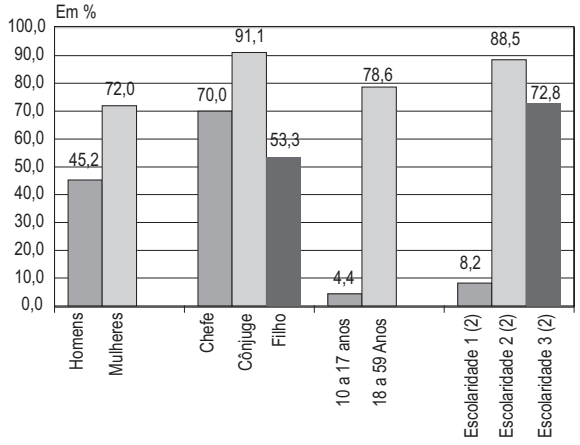
Pela evolução do desemprego aberto segundo esses atributos (Gráfico 13), pode-se constatar que os grupos mais penalizados foram os de mulheres, cônjuges, trabalhadores adultos (com mais de 18 anos), e pessoal com educação intermediária e superior.

Destaca-se, também, o forte crescimento do desemprego dos chefes de família, que, em parte, explica o crescimento igualmente forte do desemprego dos cônjuges, uma vez que o chamado "efeito-renda" negativo, decorrente da queda abrupta nos ganhos dos maridos (devido ao desemprego), induz mais mulheres casadas a ingressar na força

de trabalho buscando complementar o orçamento familiar e acabam por se tornar, também, desempregadas, diante da escassez generalizada de oportunidades de emprego.

GRÁFICO 13

Crescimento dos Desempregados em Situação de Desemprego Aberto, segundo Atributos Pessoais (1) Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: *Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*
(1) Posição no domicílio, faixa etária e escolaridade selecionados.
(2) Escolaridade: 1: Analfabeto; 2: Ens.Fundamental Completo e Ens.Médio Incompleto; 3: Superior Completo.

A Procura por Trabalho[9]

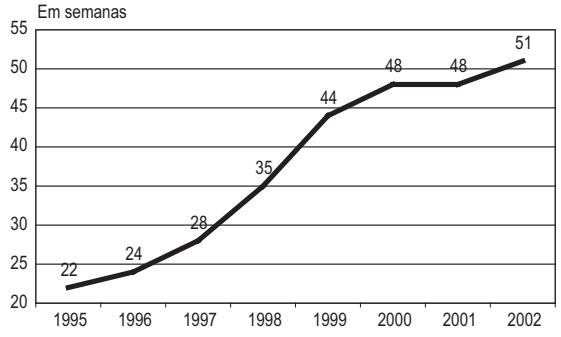
Além do forte crescimento do desemprego aberto, bem como da sua incidência em grupos específicos da PEA, alguns entre os mais vulneráveis, verificou-se um agravamento ainda maior das condições de desemprego na medida em que o tempo médio de procura por trabalho passou de 22 semanas, em 1995, para 51 semanas, em 2002, ou seja, um aumento de cerca de 150,0% no tempo necessário para a obtenção de um novo emprego (Gráfico 14).

Ademais, elevou-se substancialmente o conjunto de trabalhadores que compõem o chamado "desemprego de longa duração", referente àqueles desempregados há mais de um ano buscando trabalho. De fato, de acordo com o Gráfico 15, a participação desse grupo, que correspondia a 6,4% do total de desempregados, em 1995, passou para 24,1%, em 2002. Diminuiu bastante, portanto, a participação dos desempregados obtendo uma nova ocupação em menos de 30 dias: em 1995 eles eram 29,9% do total, passando para 14,6% em 2002.

O aumento do "desemprego de longo prazo" deve-se, principalmente, a razões de natureza estrutural no mercado de trabalho. Uma delas refere-se ao baixo nível de escolaridade da força de trabalho brasileira, dificultando sua absorção num contexto de rápido avanço tecnológico, em que as empresas necessitam de trabalhadores cada vez mais educados, mais bem treinados e mais versáteis. Em outros termos, existe um descompasso entre o perfil de trabalhador requerido pelo setor produtivo e o conjunto de requisitos existentes na oferta de trabalho, o que acaba se transformando em "desemprego de longa duração".

GRÁFICO 14

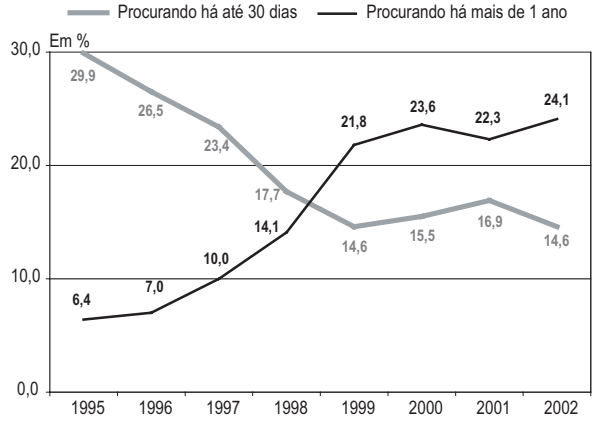
Tempo Médio de Procura por Trabalho Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: *Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*

GRÁFICO 15

Participação dos Desempregados, segundo Classes de Tempo de Procura por Trabalho (1) Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: *Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*
(1) Classes de tempo de procura por trabalho selecionadas.

Outro problema diz respeito à falta de estrutura de serviços de apoio para atender o trabalhador desempregado em sua busca por trabalho. Em primeiro lugar, o país não dispõe de um conjunto bem desenvolvido de políticas ativas que complementem o programa de seguro-desemprego brasileiro.[10] Em segundo lugar, apesar dos esforços do governo federal na década de 90, o país não conta ainda com um sólido Sistema de Emprego, cujo papel é articular as diversas políticas (ativas e passivas) voltadas para o mercado de trabalho. Isso possibilitaria melhorar o processo de intermediação da mão-de-obra com a finalidade de oferecer uma assistência mais eficiente ao trabalhador buscando um novo emprego. Por último, parte desse desemprego estrutural decorre das dificuldades em se organizar adequadamente a oferta de treinamento profissional, a fim de reduzir o descompasso entre oferta e demanda de trabalho.

COMPORTAMENTO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS

A evolução dos ganhos reais dos trabalhadores paulistas na RMSP revela um quadro dramático de queda acentuada durante todo o período analisado. Ao final de 2002, os rendimentos reais tinham se reduzido cerca de 28,4%, não havendo qualquer recuperação durante este período.[11]

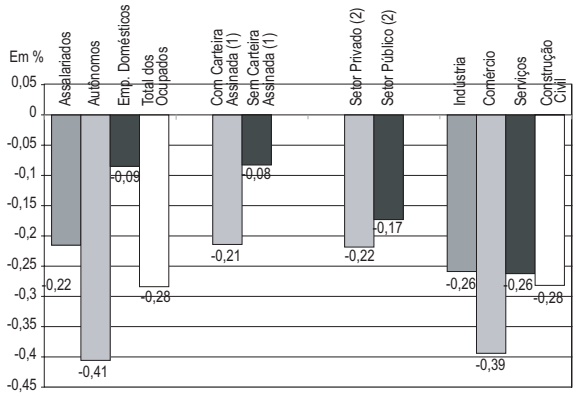
Forma de Contratação e Ramo de Atividade Econômica

Houve uma significativa queda no rendimento real (Gráfico 16) em praticamente todos os grupos de trabalhadores que compõem o conjunto dos ocupados da economia paulista. Também setorialmente esta queda ocorreu de forma indiscriminada. No caso das formas de contratação ou ocupação dos trabalhadores, os autônomos tiveram a maior queda (40,6%), bastante acima da queda observada para os assalariados em geral (21,5%) e, dentre estes, os assalariados com carteira de trabalho assinada (21,8%).

Em relação à atividade econômica, pode-se verificar que as quedas foram significativas em praticamente todos os ramos do setor produtivo, com destaque para o Comércio, cujo ganho real do trabalhador declinou 39,4%, enquanto os demais ramos – Indústria, Serviços e Construção Civil – tiveram queda semelhante. Ainda com respeito ao nível setorial, a queda foi mais acentuada na esfera privada (21,8%) do que na esfera pública (17,3%).

GRÁFICO 16

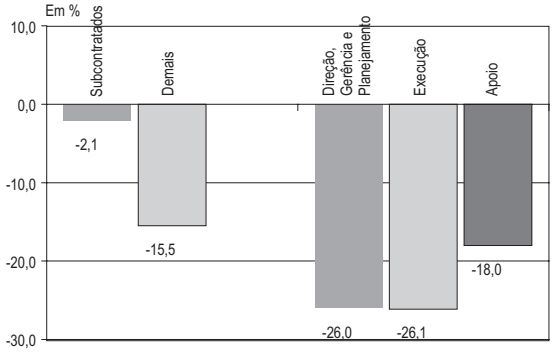
Crescimento do Rendimento Médio Real dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação, Forma de Contratação, Setor de Ocupação e Setor de Atividade Econômica Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) Assalariados do setor privado.
(2) Assalariados totais.

GRÁFICO 17

Crescimento do Rendimento Real Médio, dos Assalariados do Setor Privado, e dos Ocupados Totais, segundo Grupos de Ocupação (1) Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) Grupos de ocupação selecionados.

Ganhos Reais: Terceirização e Grupos de Ocupação

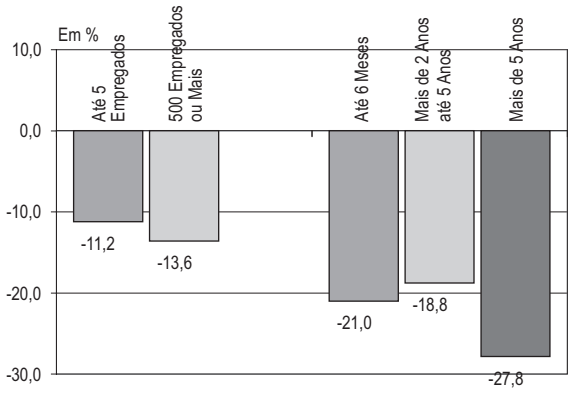
Vimos anteriormente que o fenômeno da subcontratação, indicativo da terceirização da mão-de-obra, cresceu bastante na RMSP, embora represente uma parcela diminuta da mão-de-obra ocupada. Com freqüência essa prática tem sido apontada como indicativa da crescente flexibilização das formas de contratação, com impactos negativos nas condições de trabalho e no nível de remuneração real dos trabalhadores com esta forma de contrato.

Se, por um lado, tal prática pode ser condenada por embutir uma redução de custos originada pela supressão de direitos trabalhistas, por outro, revela-se um expediente em que os trabalhadores sofreram menos com a queda generalizada dos ganhos reais. De fato, enquanto para o total dos assalariados do setor privado a redução de rendimentos reais foi de aproximadamente 15,5%, para os terceirizados essa redução não passou de 2,1%, num período de oito anos.

No caso dos grupos de ocupação, verifica-se que os trabalhadores nas Tarefas de Apoio tiveram queda menor (18,0%) em relação aos trabalhadores nas Tarefas de Execução (26,1%) e nas Tarefas de Direção, Gerência e Planejamento (26,0%).

GRÁFICO 18

Crescimento do Rendimento Real Médio dos Assalariados do Setor Privado, segundo Tamanho da Empresa (1) e Tempo de Permanência no Atual Emprego Região Metropolitana de São Paulo – 1995-02



Fonte: *Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*
(1) Tamanho da empresa e tempo de permanência no atual emprego, ambos selecionados.

Tamanho do Estabelecimento e Tempo de Permanência na Empresa

Segundo a evolução dos rendimentos médios reais dos assalariados do setor privado, de acordo com o tamanho do estabelecimento e tempo de empresa (Gráfico 18), verifica-se que os trabalhadores em pequenos estabelecimentos do setor privado (com até cinco empregados) experimentaram uma queda em seus ganhos reais da ordem de 11,2%, bastante próxima das grandes empresas (acima de 500 empregados), que foi de 13,6%. Tais cifras são bem menores que aquelas verificadas para o total de ocupados (28,4%) e mesmo para os ocupados assalariados no setor privado (21,8%), anteriormente apresentadas.

Quanto ao tempo de permanência dos trabalhadores na empresa, um indicativo da experiência no trabalho, é surpreendente que os assalariados mais penalizados com a queda dos rendimentos reais foram exatamente aqueles com maior tempo de serviço na empresa.

Isso evidencia uma grave distorção no mercado de trabalho brasileiro, na medida em que o investimento em capital humano realizado pelas empresas, ou pelos trabalhadores, através de educação formal, treinamento profissional ou treinamento na função, tem contribuído pouco para elevar a produtividade do trabalhador, com implicações danosas para a evolução dos seus rendimentos reais e para a própria distribuição de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a década de 90, intensificou-se o processo de transições experimentado pelo Brasil, com efeitos na estrutura produtiva e, conseqüentemente, no mercado de trabalho nacional. A abertura comercial, a estabilidade de preços, as privatizações, as inovações tecnológicas e o fenômeno demográfico atuaram conjuntamente na promoção de transformações na estrutura, no funcionamento e na evolução do mercado de trabalho brasileiro, inclusive em um dos seus pólos mais dinâmicos, a RMSP.

Utilizando as informações da PED/Seade, pode-se destacar algumas das principais tendências verificadas no mercado de trabalho após a segunda metade da década de 90:

- crescimento contínuo da PEA, fruto de fortes pressões demográficas;

- crescimento lento da ocupação total, em virtude, especialmente, das restrições ao trabalho infantil e do jovem (legislação mais severa), e das limitações impostas ao trabalho dos não-qualificados (inovação tecnológica e ambiente empresarial altamente competitivo);

- queda no emprego industrial decorrente do ajuste produtivo (conseqüência da abertura comercial) e aumento no emprego do setor Serviços (rota para uma sociedade moderna);

- estagnação do emprego com carteira assinada e aumento de formas atípicas de contratação (assalariado sem carteira assinada) e ocupação (autônomos), em parte refletindo a demanda por flexibilização nas relações de emprego e, também, decorrente da pobreza e miséria, mas, em ambos os casos, originando um aumento da informalidade no mercado de trabalho;

- aumento no conjunto de assalariados trabalhando mais que a jornada legal de trabalho, outro reflexo da busca da flexibilização, especialmente devido à estrutura rígida de encargos trabalhistas;
- avanço da terceirização da mão-de-obra, determinado, igualmente, pela busca de relações menos rígidas de emprego que permitam uma redução do custo da mão-de-obra;
- forte crescimento do desemprego aberto decorrente tanto das crises de natureza conjuntural, com o intuito de preservar a estabilidade de preços ou defender-se de crises internacionais, quanto de natureza estrutural, fruto do desajuste entre o perfil de mão-de-obra demandada e a qualidade da oferta de trabalho existente;
- elevação do chamado "desemprego de longo prazo", seja pelo agravamento das oportunidades de emprego derivado do ambiente competitivo imposto pela globalização, seja pela inexistência de um sólido Serviço de Emprego que permita assistir o desempregado em sua busca por trabalho, com uma ampla oferta de serviços;
- queda acentuada, e generalizada, do rendimento real do trabalhador ocupado assalariado (com ou sem carteira); absorvido pelo setor público ou privado, terceirizado ou não, atuando em atividades de Direção, ou de Execução ou de Apoio; empregado em pequenas ou grandes empresas; ou possuindo pouca ou muita experiência na empresa. Parte dessa queda dos ganhos reais pode ser atribuída à relativa estagnação do PIB, ou ao declínio da atividade econômica, existindo ainda os que acreditam tratar-se da continuidade do processo de flexibilização do mercado de trabalho, na ausência de uma reforma trabalhista ampla.

De qualquer forma, o lento crescimento da economia e a grande volatilidade dos níveis de produto têm imposto mudanças no funcionamento e no perfil do mercado de trabalho, inclusive na RMSP, os quais são captados pela PED com grande grau de detalhe, tornando-a uma fonte extremamente útil para os estudiosos da área, bem como para fornecer importantes subsídios na formulação de políticas sociais, demográficas e trabalhistas pelas autoridades governamentais.

NOTAS

Texto elaborado especialmente para a *São Paulo em Perspectiva*, por ocasião da edição comemorativa dos 25 anos da Fundação Seade. O autor agradece a dedicação e competência do estagiário Leandro de Souza Ribeiro pelo trabalho de levantamento, organização e tabulação dos dados. Agradece, também, a Ana Maria Penza Ferri pela formatação da versão final.

1. A PED é realizada em colaboração com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – Dieese, desde janeiro de 1985.

2. O autor reconhece a existência dessa polêmica, tendo tomado parte dela em algumas ocasiões. Contudo, não será aqui abordada, uma vez que não se enquadra no espírito deste texto.

3. Além das séries históricas, e suas desagregações correspondentes, a Fundação Seade passou, recentemente, a disponibilizar os microdados da PED, aumentando bastante o potencial de análises sobre o mercado de trabalho paulista. Com base nessas fontes, os pesquisadores do Departamento de Economia da FEA-USP e da Fipe desenvolveram alguns estudos para o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. Picchetti, Chahad e Orellano (2002) investigaram as decisões relacionadas à rotatividade da mão-de-obra no Brasil; Picchetti e Zylberstajn (2003) e Fernandes (2003) analisaram, com versoões diferentes, as fontes de recursos e as estratégias de sobrevivência do trabalhador desempregado na RMSP; e Menezes-Filho e Picchetti (2003) estudaram a duração das relações de emprego em São Paulo. Embora a base geográfica da PED seja a Região Metropolitana de São Paulo, essas pesquisas permitiram verificar que, dentro de certos limites, é possível investigar fenômenos do mercado de trabalho que tenham abrangência nacional, e outros que representem comprovações de hipóteses teóricas sobre o comportamento de determinadas variáveis do mercado de trabalho.

4. De acordo com as notas metodológicas da PED, a PIA representa a População em Idade Ativa com 10 anos e mais. A PEA é a População Economicamente Ativa, representada pela parcela da PIA que está ocupada ou desempregada. Os Inativos representam a parcela da PIA com mais de 10 anos que não estão nem ocupados nem desempregados.

5. Certamente este resultado pode ser atribuído ao fato de o grupo dos cônjuges é composto basicamente de mulheres.

6. A desagregação dos dados indica que houve um forte aumento da taxa de participação na força de trabalho das mulheres, dos grupos etários adultos (25 a 39 anos), dos cônjuges e filhos, dos mais qualificados, e uma queda na taxa de participação dos homens, dos chefes de família, dos jovens entre 10 e 14 anos, e dos analfabetos.

7. O Simples é o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pelo Governo Federal através da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996. Entrou em vigor em 1/1/1997.

8. Atualmente o seguro-desemprego é concedido, por tempo limitado, ao trabalhador despedido sem justa causa, inclusive a indireta, que, entre outros requisitos, tenha tido vínculo empregatício durante seis meses ou mais, nos últimos 36 meses que antecederam sua dispensa. A duração do benefício varia entre três e cinco parcelas mensais, dependendo do tempo de serviço exercido no emprego que originou a dispensa.

9. Esta subseção se refere ao desemprego total computado pela PED, englobando o desemprego aberto, o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento.

10. As *políticas ativas* compreendem um amplo conjunto de medidas voltadas para melhorar o acesso dos desempregados ao mercado de trabalho, bem como às vagas de emprego, além de aspectos referentes à qualificação da mão-de-obra. Regra geral, elas contemplam os seguintes programas: serviço de emprego, treinamento, apoio aos jovens, subsídios ao emprego, medidas para os incapacitados, assistência à procura por trabalho, criação direta de emprego no setor público e auxílio para os desempregados se estabelecerem em negócio próprio. As *políticas passivas* compreendem os gastos com benefícios do seguro-desemprego e outros benefícios a ele relacionados, em especial os referentes à aposentadoria precoce.

11. A observação da evolução do rendimento médio real, ano a ano, permite verificar que, para a maioria das categorias ocupacionais desta seção, ele se manteve relativamente estável entre 1995 e 1997, começou a declinar com a queda do nível de atividade em 1998, sofrendo uma queda abrupta a partir de então, especialmente depois da desvalorização cambial de 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Empregos no Brasil. Volume I: sessão informativa sobre política. *Relatório Conjunto com o IPEA*, Brasília, n.24.408BR, nov. 2002.

CACCIAMALI, M.C. Desgaste da legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho no Brasil nos anos 90. In: POSTHUMA, A. (Org.). *Abertura e ajuste no mercado de trabalho no Brasil*. Políticas para conciliar os desafios do emprego e da competitividade. São Paulo: OIT, 1999.

CHAHAD, J.P.Z. As modalidades especiais de contrato de trabalho na CLT e a flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro. In: CHAHAD, J.P.Z.; CACCIAMALI, M.C. (Orgs.). *Mercado de trabalho no Brasil*: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas, e direitos fundamentais no trabalho. São Paulo: Editora LTr, 2003.

CHAHAD, J.P.Z.; MACEDO, R. A evolução do emprego no período 1992-2001 e a ampliação do mercado formal brasileiro desde 1999. In: CHAHAD, J.P.Z.; PICCHETTI, P. (Orgs.). *Mercado de trabalho no Brasil*: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: Editora LTr, 2003.

CHAHAD, J.P.Z.; PORTELA SOUZA, A. Os direitos fundamentais dos trabalhadores, a cláusula social e o comércio internacional: o caso de trabalho infantil no Brasil. In: CHAHAD, J.P.Z.; CACCIAMALI, M.C. (Orgs.). *Mercado de trabalho no Brasil*: novas práticas trabalhistas, negociações coletiva, e direitos fundamentais no trabalho. São Paulo: Editora LTr, jun. 2003. 529p.

FERNANDES, R. Estratégias de sobrevivência do trabalhador desempregado. In: CHAHAD, J.P.Z.; PICCHETTI, P. (Orgs.). *Mercado de trabalho no Brasil*: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: Editora LTr, 2003.

FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Uma análise da estrutura do desemprego e da inatividade no Brasil metropolitano. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.29, n.1, 1999.

FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE. Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de São Paulo. *Nota técnica n.9*. Atualização dos valores absolutos das séries divulgadas pela PED. São Paulo, ago. 2003.

MENEZES-FILHO, N.A.; PICCHETTI, P. Uma análise da duração das relações de emprego em São Paulo – 1988 a 1999. In: CHAHAD, J.P.Z.; PICCHETTI, P. (Orgs.). *Mercado de trabalho no Brasil*: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: Editora LTr, 2003.

PICCHETTI, P.; ZYLBERSTAJN, H. Um estudo sobre as fontes de recursos para desempregados na Região Metropolitana de São Paulo – 1986 a 2001. In: CHAHAD, J.P.Z.; PICCHETTI, P. (Orgs.). *Mercado de trabalho no Brasil*: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: Editora LTr, 2003.

PICCHETTI, P.; CHAHAD, J.P.Z.; ORELLANO, V. Um modelo de decisões relacionadas à rotatividade de mão-de-obra no Brasil. In: CHAHAD, J.P.Z.; MENEZES-FILHO, N.A. (Orgs.). *Mercado de trabalho no Brasil*: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças. São Paulo: Editora LTr, 2002.

RAMOS, L. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2001. *Texto de discussão.* Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2002.

ZOCKUN, M.H.; CHAHAD, J.P.Z. A terceirização do trabalho no Brasil: um estudo de caso. In: CHAHAD, J.P.Z.; CACCIAMALI, M.C. (Orgs.). *Mercado de trabalho no Brasil*: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas, e direitos fundamentais no trabalho. São Paulo: Editora LTr, 2003.

JOSÉ PAULO ZEETANO CHAHAD: *Professor da FEA-USP, Pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas*.